

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Curso de Arquivologia

Sylvia Beatriz da Silva Tavares Ehlers

**Os registros da escravização negra no acervo da imigração do AHR**  
Políticas de memória, descrição arquivística e preservação da informação

Porto Alegre

2023

Sylvia Beatriz da Silva Tavares Ehlers

**Os registros da escravização negra no acervo da imigração do AHRs**

Políticas de memória, descrição arquivística e preservação da informação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Me. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Porto Alegre

2023

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Sylvia Beatriz da Silva Tavares Ehlers

### **Os registros da escravização negra no acervo da imigração do AHRs**

Políticas de memória, descrição arquivística e preservação da informação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Me. Jorge Eduardo Henriquez Vivar

**Aprovada em:**Porto Alegre,

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Prof. Me. Jorge Eduardo Enriquez Vivar  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Examinadora: Prof. Me. Marlise Maria Giovanaz  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Examinador: Dr. Alexandre Veiga  
Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul – SEDAC/RS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, meus professores e colegas de curso. Agradeço aos meus camaradas: Jorge Volkart, Alexandre Costa e William Teixeira por todo apoio na minha trajetória de estudos, de lutas e de vida.

“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada.  
Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e  
outras vezes sangra.”

Grada Kilomba

## RESUMO

Atualmente no Brasil há em curso um grande debate sobre os povos que sofreram violações de direitos humanos no processo de colonização. Este debate encontra como obstáculo o apagamento histórico promovido por parte da historiografia. A presença de pessoas negras escravizadas em algumas colônias de imigrantes do estado é comprovada por documentos do acervo de imigração do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O objetivo central deste trabalho é resgatar estes dados e apontar o papel fundamental dos arquivos no exercício de reconstrução de memórias e história, passando pela necessidade do tratamento arquivístico que permita e facilite o acesso às informações existentes nos arquivos. Também o trabalho de arranjo, de descrição arquivística e a construção de instrumentos de pesquisa são apontados como objetivos para planejar a socialização do conteúdo deste acervo. Junto a isto é trazida uma reflexão sobre como o arquivista deveria facilitar o acesso às informações destes documentos no sentido de contribuir para a compreensão do regime escravocrata brasileiro, construindo políticas de memória e preservação da informação.

**Palavras-chave:** arquivo; memória; descrição arquivística; imigração; escravidão.

## ABSTRACT

Currently in Brazil there is an ongoing debate about the peoples who suffered human rights violations in the colonization process. This debate encounters the historical erasure promoted by historiography as an obstacle. The presence of enslaved black people in some colonies of immigrants in the state is proven by documents from the immigration collection of the Historical Archive of Rio Grande do Sul. The central objective of this work is to rescue these data and point out the fundamental role of archives in the exercise of memory and history reconstruction, passing through the need for archival treatment that allows and facilitates access to information existing in archives. Arrangement work, archival description and the construction of research instruments are also pointed out as objectives for planning the socialization of the content of this collection. Together with this, there is a reflection on how the archivist should facilitate access to the information in these documents in order to contribute to the understanding of the Brazilian slave regime, building policies of memory and preservation of information.

**Keywords:** file; memory; archival description; immigration; slavery

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 O ACERVO DA IMIGRAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>12</b>
2.1 REGISTROS DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES .....	14
<b>3 APAGAMENTO HISTÓRICO: POLÍTICA DO ESQUECIMENTO .....</b>	<b>21</b>
<b>4 POLÍTICAS DE MEMÓRIA, DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>26</b>
4.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS .....	30
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXO A – CÓDICE 332 – REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS PELAS DIFERENTES COLÔNIAS, SÃO LEOPOLDO 1853 .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO B – RELAÇÃO NOMINAL DOS ESCRAVOS EXISTENTES EM 1º DE JULHO DE 1851 – SÃO LEOPOLDO .....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO C – MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ DO SUL DE 10 DE FEVEREIRO DE 1856.....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO D – MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ DE 1 DE SETEMBRO 1858.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO E – ESTATÍSTICA DA NOVA COLÔNIA DE THEREZOPOLIS DE PROPRIEDADE DE GUILHERME FERREIRA D’ABREU – PORTO ALEGRE.....</b>	<b>52</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No acervo da imigração do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) encontram-se documentos que confirmam a presença de pessoas negras escravizadas em algumas colônias de imigração do território rio-grandense. Estes documentos possuem informações que permitem uma revisão da narrativa histórica mais conhecida sobre o movimento de imigração e a ocupação do território do Estado do Rio Grande do Sul.

A discussão sobre justiça e reparação histórica para a população negra no Brasil leva em conta as graves violações dos direitos humanos perpetrados ao longo de séculos, iniciando pelo sequestro em território africano, a travessia forçada do Oceano Atlântico, os trezentos e oitenta e oito anos de legalidade dos campos de trabalho forçado para pessoas negras que funcionaram dentro do território brasileiro e o racismo estrutural que segue até nossos dias. Há um amplo conhecimento sobre o papel do invasor português no regime escravocrata ao longo deste período, nos dois territórios. No entanto, ainda é pouco conhecido e debatido na sociedade o fato do uso do trabalho escravo por imigrantes nas colônias.

Uma revisão histórica possível que leve em conta os documentos e as elaborações dos historiadores que trataram desta temática permitiria inserir as pessoas negras também como sujeitos da construção das colônias de imigração do Estado do Rio Grande do Sul.

A historiografia produzida até o momento muitas vezes desconsidera factuaisidades tornando-se uma dificuldade para os estudos mais profundos e precisos sobre a relação entre a imigração e a escravização no Rio Grande do Sul. Tratando deste problema o professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – (UNISINOS), Brasil, Tramontini (2000, p.1) aponta a questão da seguinte forma:

Historiografia produzida pelos ideólogos da identidade étnica destes imigrantes teutos no Sul do Brasil. (trazendo) Trabalhos que fazem questão de afirmar que os imigrantes/colonos não tinham escravos, que abominavam a escravidão, pois estariam imbuídos de uma cultura germânica que valorizaria o trabalho livre (...) se reafirma que os imigrantes/colonos não adotaram esta 'bárbara prática luso-brasileira' num juízo que a historiografia adotou de modo acrítico como evidência.

Os arquivos têm importância fundamental quando se busca vincular a fatos históricos as políticas de memória e políticas públicas de reparação para grupos ou pessoas que sofreram violação de direitos humanos. Podem oferecer documentações comprobatórias e intervir na construção da memória social e política. Nesse sentido é muito importante atuar para que os arquivos estejam presentes nos debates que têm ocorrido cada vez mais frequentemente sobre a temática da colonização, seu regime brutal e as consequências desta construção nos dias atuais.

De acordo com Herrera (1991), a principal função do arquivista é favorecer o acesso aos documentos, sendo isto feito a partir dos instrumentos de descrição, que exigem anteriormente a classificação e a ordenação. Uma política de arquivo que dê destaque e atenção à descrição destes documentos pode ser um dos caminhos para facilitar o acesso à informação contida no material do arquivo como um todo e principalmente para lançar luz sobre a documentação que registra a presença das pessoas escravizadas nestas colônias, socializando esta informação que é bastante restrita.

Levando em conta a importância desta documentação específica é necessário um olhar sobre o trabalho de descrição destes documentos diferenciados devido a sua relevância histórica. Estes documentos foram produzidos com finalidades administrativas das colônias e hoje perpassam outros assuntos, neste caso, o tema da escravidão no Brasil. Há também no mesmo acervo dados sobre a população indígena e sua realidade dentro deste processo de construção das colônias de imigrantes. Estes documentos também poderiam ser destacados dentro de uma perspectiva da descrição arquivística.

Quanto ao objetivo geral do trabalho pretende-se:

Elucidar de que forma uma política de descrição arquivística pode contribuir com a socialização das informações do AHRs sobre a escravização negra nas colônias de imigração e auxiliar no debate social dos nossos dias sobre direitos humanos, reparação histórica e políticas de memória.

Quanto aos objetivos específicos destaca-se:

- a) Analisar os documentos da imigração na colônia de São Leopoldo, Santa Cruz e Teresópolis – Porto Alegre.
- b) Identificar dados e informações que registrem a presença da população negra escravizada nesta região.

c) Abordar as funções arquivísticas e a elaboração de instrumentos de pesquisa no contexto da recuperação de informações nos arquivos.

d) Enfatizar a importância dos arquivos na atuação em políticas de memória que contribuam com justiça e reparação histórica aos povos que sofreram violação de direitos humanos no processo de colonização.

A metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho foi aplicada a partir da análise da documentação do acervo da imigração do AHRIS e do estudo de obras de autores e autoras sobre os temas dos arquivos e direitos humanos, descrição arquivística e a história das colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul.

Uma cuidadosa leitura paleográfica dos documentos do acervo da imigração foi realizada, extraindo dados organizados em uma tabela. Também se realizou a digitalização de alguns documentos para possibilitar a consulta da informação sem danificar o suporte, pois alguns já se encontram bastante deteriorados.

Também foram realizadas buscas no acervo por materiais relacionados ao tema da escravidão entre o conjunto da documentação. A pesquisa no arquivo teve como foco os mapas estatísticos das colônias. Os documentos utilizados para elaboração deste trabalho são registros das colônias de São Leopoldo, Santa Cruz e Teresópolis – Porto Alegre.

A pesquisa bibliográfica que faz parte da base deste trabalho inclui autores que discorreram sobre as relações estabelecidas nas colônias entre os imigrantes e as pessoas negras escravizadas. Destaca-se o estudo apresentado pela historiadora Helga Iracema Piccolo "Século XIX: alemães protestantes no Rio Grande do Sul e a escravidão" (1997) assim como os trabalhos dos historiadores Moreira e Mugge (2014) e Tramontini (2000), são pesquisadores que se dedicaram a essa temática e apresentaram trabalhos baseados na documentação produzida naquele período. Ainda nesse sentido uma das referências presentes no texto é o historiador Mário Maestri (2008) e sua obra "História e historiografia sobre o trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul: 1819 - 2006", que analisa a relação escravocrata no território rio-grandense pela perspectiva da luta entre as classes sociais.

Sobre as questões teóricas a respeito da descrição arquivística e seu papel nos arquivos foram consultados diversos autores da área que se dedicaram a este tema. Destaca-se como principal referencial deste trabalho, nesta área, o autor Heather MacNeil, da University of British Columbia (MACNEIL, 2007) que aborda o

instrumento de pesquisa como texto cultural e assinala a proximidade entre a descrição arquivística e a crítica textual.

Os capítulos do trabalho apresentam características do acervo da imigração e seu estado de organização, conservação dos documentos e acesso aos usuários do arquivo. Demonstram a partir dos dados da documentação, selecionada como exemplo, um pouco da realidade escravocrata nas colônias e estatísticas sobre a população escravizada na colônia de São Leopoldo, Santa Cruz e Teresópolis – Porto Alegre.

Além disso, desenvolvem ideias sobre políticas de memória traçando uma análise do que tem sido chamado de política do apagamento histórico e o que poderia ser, neste caso, uma política de reconstrução da memória levando em conta as comunidades que foram apagadas pelos colonizadores e esquecidas dentro de um processo de construção de narrativas históricas que se mantém nos marcos do racismo estrutural.

A importância das funções arquivísticas que correspondem à organização do acervo e que preparam as condições para construção de um trabalho de descrição arquivística e construção de instrumentos de pesquisa foram destacadas ao longo do texto, que também pontua o papel dos instrumentos de pesquisa no contexto da recuperação de informações nos arquivos.

## 2 O ACERVO DA IMIGRAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

O AHRS é um órgão público estadual subordinado à Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. Entre os conjuntos documentais que recebem bastante procura por usuários no arquivo está o acervo da imigração.

O acervo da imigração é composto por itens das secretarias do estado e departamentos que se relacionavam com o programa de imigração: Comissão de Terras, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Fazenda. Estes documentos permitem compreender uma parte importante da ocupação do território rio-grandense, tendo sido produzidos a partir das demandas geradas pelo processo de chegada dos imigrantes na então chamada Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A política da imigração levada a cabo pelo governo imperial quando ainda vigorava no Brasil um regime de trabalho escravocrata resolvia muitas necessidades do governo. De acordo com Tramontini (2000, p.2), essa política da imigração atendia a muitos propósitos do governo imperial.

Neste sentido, podemos ainda encontrar uma gama bastante vasta de estudos que abordam os objetivos que levaram o governo imperial a implementar a política de imigração, dos quais já apontamos alguns, como a colonização de áreas pouco povoadas em regiões de interesses militar, o desenvolvimento de uma agricultura e de um artesanato que abastecesse centros urbanos, o branqueamento da população, a implementação de um grupo social que dependesse diretamente do governo central, contrabalançando o poder das oligarquias locais, dentre outras.

O acervo da imigração guarda estes registros dos imigrantes europeus que chegaram ao território rio-grandense a partir de 1824. Estes registros são procurados por usuários, descendentes de imigrantes europeus, que buscam dados comprobatórios de genealogia para solicitar cidadania europeia. Muitos destes documentos são difundidos digitalmente a partir de um site de pesquisa genealógica organizado e mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Este site reúne documentos de diversos arquivos, entre estes os documentos, os do acervo da imigração do AHRS para buscas de informações genealógicas.

O acervo da imigração não passou por um tratamento arquivístico que tenha chegado até a elaboração de instrumento de pesquisa que permita uma

apresentação adequada do acervo. O instrumento de pesquisa existente é uma guia de controle e segurança, que orienta a localização dos documentos no acervo e indica a data, localidade e, em alguns casos, a secretaria ou departamento produtor. Não há um quadro de arranjo de acordo com os fundamentos da arquivologia, identificando os fundos pela proveniência.

O acervo contém documentos com listas dos imigrantes que chegaram no Estado, nomes de embarcações, dados de hospedagem e envio para as colônias, informações sobre concessões de lotes, distribuição de ferramentas para construção de casas e trabalho na agricultura, mapas estatísticos da população nas colônias, mapas das colônias com características de relevo, hidrografia. São mais de 500 códices e 40 caixas de documentação avulsa.

Figura 1 – Caixas avulsas, acervo imigração AHRs



Fonte: Própria (2022).

Alguns documentos são muito antigos e foram expostos a ambientes e condições que não contribuíram para sua conservação. Há itens danificados ou que passaram por processos de restauração. O códice mais antigo do acervo é o códice

relativo a títulos de terras da cidade de Pelotas (1817) e o item mais recente é o livro ponto dos funcionários do Escritório de Terras Públicas de Torres (1998).

Recentemente os documentos foram retirados das prateleiras de metal e colocados em deslizantes. As caixas das documentações avulsas foram trocadas por caixas de plástico. Houve um trabalho do ponto de vista da conservação dada às condições dos suportes. Porém os recursos são escassos e a oscilação de temperatura no local é um dos grandes problemas para a conservação, não estando dentro de uma perspectiva de ser solucionado.

## 2.1 REGISTROS DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES

Na documentação do acervo da imigração encontram-se, entre os mapas estatísticos de população e outros documentos, registros de pessoas negras escravizadas nas colônias. Estes registros marcam a existência do regime escravocrata em pelo menos três colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul. A colônia de São Leopoldo, a colônia de Santa Cruz e a colônia de Teresópolis, na cidade de Porto Alegre, sendo a colônia de São Leopoldo a que registra a maior quantidade de pessoas na condição de escravizadas.

A respeito da colônia de São Leopoldo vale recordar que antes deste território ser destinado aos imigrantes eram terras onde foi instalada desde 1788 até 1824 a Real Feitoria de Linho Cânhamo, onde os escravizados produziam linho cânhamo, cordas e velas para barcos. O empreendimento foi encerrado em março de 1824 e em julho do mesmo ano chegaram os imigrantes. Os primeiros alemães a chegarem à localidade se instalaram na antiga sede da Real Feitoria, hoje conhecida como Casa do Imigrante.

Figura 2 – Casa do Imigrante, São Leopoldo. Local onde funcionou a Real Feitoria do Linho Cânhamo até 1824.



Fonte: Própria (2022).

Um dos documentos que revela parte de como ocorreu a ocupação deste território em relação às pessoas consideradas escravas que habitavam a região antes da chegada dos imigrantes é o código C-374. Trata-se de uma cópia dos autos de medição que ocorreu em 1824 no terreno que compreendia a Real Feitoria do Linho Cânhamo, posteriormente chamada de Colônia de São Leopoldo. Neste documento o Império Brasileiro dá instruções ao chefe da colônia sobre tudo o que for encontrado sobre este terreno, delegando para o governo da então Província de São Pedro a atuação conforme seu próprio arbítrio com relação aos escravos e móveis que fossem encontrados nos terrenos que pertenciam ao rei (AHRS. AI, Código C-374).



Figura 3 – Códice 374, Acervo Imigração, AHRS.



Fonte: Própria (2023).

Já o códice C-332 registra o mapa estatístico de um recenseamento feito na colônia de São Leopoldo e da Colônia do Mundo Novo (ANEXO A), onde consta um levantamento das famílias que viviam nestas colônias, registrando também os dados de agregados, criados e escravizados de nacionalidades registradas como: Nagô<sup>1</sup>, Angola, Mina, Benguela, Monjola, Congo, Moçambique ou brasileira da Bahia e Pernambuco (AHRS. AI, Códice C-332). Este documento foi elaborado pelo Diretor Geral da Colônia Dr. Johhann Daniel Hillebrand. O recenseamento iniciou em 1847 e foi concluído em 1849.

Sobre o códice C-332 há um livro produzido com a intenção de transcrever o códice apresentando um panorama da população das colônias de São Leopoldo e do Mundo Novo. Licht (2005, p.23), o autor do livro, relata:

É grande a dificuldade de aprofundar pesquisas sobre a população de escravos, pela escassez dos dados e imprecisão dos registros. Além disso,

---

<sup>1</sup> Chamavam nagôs as pessoas escravizadas que eram vendidas na Costa dos escravos e falavam a língua Yorubá.

a distribuição da população em faixas etárias é distorcida devido a própria condição da escravatura, com preferência por adolescentes e adultos jovens do sexo masculino para o trabalho braçal, e pelas péssimas condições de sanitárias e alimentares que se refletiam em elevadas taxas de mortalidade infantil. Há também que se considerar os castigos físicos impostos aos escravos “infratores” ou “desobedientes”,; em decorrência dessa violência, eram inevitáveis os impactos na saúde e na sobrevivência dos indivíduos e conseqüentemente na estratificação em faixas etárias.

Motivado pela intenção de perpetuar e facilitar o acesso a informação deste documento cujo suporte já passou por um tratamento de restauração, o trabalho deste autor foi além da transcrição, sendo feita uma análise e organização dos dados em tabelas que permitem entender a realidade da colônia naquele período.

<b>Tabela 1</b> Quantidade de escravos por família proprietária		
Escravos por família	Número de famílias	Quantidade de escravos
1	37	37
2	19	38
3	11	33
4	5	20
5	3	15
6	1	6
7	2	14
8	0	0
9	0	0
10	1	10
11	2	22
12	1	12
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>207</b>

Fonte: LICHT, 2005.

Um dos documentos que também se destacam no acervo pela relação com a temática é a Relação nominal dos escravos existentes em 1º de julho de 1851 e matriculados em conformidade da Lei Provincial nº 183 de 18 de outubro de 1850 (ANEXO B), que registra um total de 218 pessoas na condição de escravizadas na Colônia de São Leopoldo (AHRs. AI, Maço 69).

Este documento foi produzido após a promulgação desta lei<sup>2</sup> que proibia a introdução de pessoas escravizadas nas colônias e terras destinadas aos imigrantes. Antes disso, pelos registros encontrados percebe-se um crescimento constante de pessoas escravizadas na Colônia de São Leopoldo. Em 21 de março

<sup>2</sup> A Lei nº 183 de 18 de outubro de 1850 proibia a introdução de escravos no território marcado para as colônias de imigrantes e estabelecia que os escravizados que já estavam nestes territórios seriam matriculados pela direção das colônias em um período de doze meses a partir da publicação da lei.

de 1847 o levantamento populacional registra a presença de 154 pessoas escravizadas (AHRS. AI, Maço 69). Já em primeiro de janeiro de 1850 constam 229 pessoas nestas condições (AHRS. AI, Maço 67). E em julho de 1850, poucos meses antes da promulgação da lei citada há registros de 215 escravizados naquela colônia (AHRS. AI, Maço 67).

Após a promulgação dessa lei foi feito o levantamento das pessoas que já viviam na colônia de São Leopoldo sob esta condição. Na lista constam os nomes do proprietário, nome da pessoa escravizada, idade e nacionalidade.

O documento que registra a relação nominal dos escravizados na colônia de São Leopoldo, que está entre a documentação avulsa, correspondia à necessidade da Diretoria Geral da Colônia de ter algum controle da densidade desta população, orientada pela nova lei vigente que proibia a introdução de novos escravizados nas colônias. Hoje este documento, organizado em sete páginas, pode nos fornecer diversos dados históricos da realidade dos escravizados na colônia alemã.

**Tabela 2** - Escravos existentes em julho de 1851

Idade	Homens	Mulheres	Total	%
01-10	30	18	48	22,0
11-20	11	9	20	9,2
21-30	66	28	94	43,1
31-40	27	10	37	17,0
41-50	6	2	8	3,7
51-60	7	2	9	4,1
61-70	1	-	1	0,5
71-80	1	-	1	0,5
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>69</b>	<b>218</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela autora baseada no documento “Relação nominal dos escravos existentes em julho de 1851 e matriculados conforme a Lei Provincial nº 185 de 18/10/1850” (AHRS. AI, Maço 69).

Os dados indicam um total de 218 pessoas escravizadas na colônia. São 149 homens e 69 mulheres e 48 crianças de até 10 anos de idade. Sobre a origem destas pessoas nominalmente listadas os registros indicam: Pernambuco, Nagô,

Angola, Porto Alegre, Benguela, Bahia, Rio de Janeiro, São Leopoldo, Congo, Costa da África, “da Costa”<sup>3</sup>.

Ainda entre a documentação avulsa localizam-se os mapas resumidos da população da colônia de Santa Cruz (ANEXO C e D). Esta colônia recebeu os primeiros imigrantes alemães em 1849. Os mapas de população que registram a presença de escravizados, escolhidos como amostragem para este trabalho, datam desde fevereiro de 1856 até setembro de 1858, sendo que a chegada dos primeiros imigrantes alemães nesta região ocorreu em 1849.

Em primeiro de fevereiro de 1856 foi registrado a presença de 13 pessoas escravizadas, sendo 08 do gênero masculino (AHRs. AI, Maço 63). Em 25 de maio de 1858 registrou-se 25 sendo que 15 eram homens (AHRs. AI, Maço 63). Neste mapa de maio de 1858 registrou-se no campo de anotações o movimento de pessoas entre 09 de setembro de 1857 até 13 de abril de 1858 consta que quatro pessoas escravizadas que chegaram à colônia têm como origem a cidade de Rio Pardo.

É frequente encontrar entre a documentação da colônia de São Leopoldo e de Santa Cruz os mapas estatísticos da população que registra a presença dos escravizados e a partir destes registros é possível ver a dinâmica das relações escravocratas nas colônias, mas não são muitos documentos que registram nomes das pessoas escravizadas.

Entre a documentação avulsa há uma relação nominal, sem data, que demonstra a “Estatística da Nova Colônia de Therezopolis de propriedade de Guilherme Ferreira d’Abreu” (ANEXO E).

A colônia de Teresópolis foi fundada em 1876 na cidade de Porto Alegre. E diferencia-se das demais por sua história peculiar, pois tratava-se de uma propriedade particular. A propriedade de Guilherme Ferreira de d’Abreu foi loteada para assentar famílias de imigrantes italianos.

Entre o total de moradores de 171 habitantes da nova colônia registra-se a presença de quatro pessoas na condição de escravizadas, sendo três delas propriedade da mesma família: um homem de 45 anos, casado, e registrado com a profissão de criado; uma mulher, solteira, de 19 anos, igualmente com a profissão registrada como criada; e um menino de 12 anos de idade que tem a descrição de

---

3 Provavelmente é uma abreviação do que era chamado de Costa dos escravos.

sua profissão como cozinheiro. Em outra família há registro de mulher de 20 anos com a profissão registrada como cozinheira (AHRS. AI, Maço 74).

Nessa mesma lista aparecem outras duas pessoas registradas como tendo a cor preta, um menino de três anos e uma menina de seis anos de idade. Estas duas crianças não estão registradas como escravizadas. Provavelmente nasceram quando já estava em vigor a lei do ventre livre que, aprovada em setembro de 1871, determinou que nenhuma criança, a partir daquela data, nasceria na condição de escravizada no Brasil.

### 3 APAGAMENTO HISTÓRICO: POLÍTICA DO ESQUECIMENTO

O debate sobre os processos de colonização e suas consequências está muito vivo nos dias de hoje. As invasões promovidas pelos países europeus a partir do século XVI estão sendo estudadas e debatidas com uma visão crítica sobre a dominação de territórios e a dizimação de muitos povos nativos dos territórios invadidos. Recentemente a Alemanha reconheceu o genocídio que cometeu na Namíbia contra as populações hereros e namas. (DEUTSCHE WELLE, 2021). Certamente essa ação está interligada às discussões que vêm sendo feitas junto com os levantes que acontecem em vários lugares do mundo, pautando as violações de direitos humanos cometidos contra os povos da África, dentro e fora do continente.

Na América, onde o processo de dizimação dos povos nativos ocorreu paralelamente ao sequestro e escravização de pessoas africanas, temos visto o levante e o empoderamento destes setores que estão resistindo desde o início do processo de invasão e colonização dos territórios americanos. No Brasil, tanto o movimento indígena quanto o movimento negro protagonizam lutas e colocam em pauta a necessidade da reparação histórica e a demarcação de territórios.

Ações e políticas de memória são defendidas a partir da compreensão de que há uma política do esquecimento e do apagamento. Esta política não é uma exclusividade do Brasil, é uma prática comum entre os povos colonizadores. Porém as narrativas históricas não são estáticas. Elas se desenvolvem, avançam ou retrocedem, dependendo das condições, das discussões e dos conflitos entre as classes e povos em disputa. Os arquivos podem ser agentes sociais importantes, possibilitando acesso a informações que são pouco conhecidas justamente por se tratar de informações que se pretende “esquecer” ou apagar.

A política do apagamento inserida pelos colonizadores foi aprofundada no Brasil no período da ditadura militar. Neste período foi forjado um imaginário social de negacionismo histórico em relação às práticas violentas e genocidas do processo de colonização, principalmente contra a população negra e indígena. A narrativa histórica do processo da construção do Brasil está em disputa neste momento, os setores que participam e apoiam as manifestações antidemocráticas, que ocorrem no Brasil reivindicando golpe de estado, partilham das narrativas históricas

construídas durante o período da ditadura militar. Essas narrativas vêm sendo cada vez mais impulsionadas e difundidas por estes setores golpistas.

O apagamento foi uma política do Estado escravocrata utilizada como mais uma das formas de perpetuar a dominação. Não conhecer sua própria história, ser forçado ao esquecimento da sua cultura, linguagem e tradições era uma tentativa de inculcar e sobrepor a cultura e a religião dos escravocratas como as únicas possíveis. Esta política tem muitas consequências devastadoras para as vítimas, uma delas é não ter acesso à sua genealogia. Pessoas que descendem daquelas que foram escravizadas continuam não tendo acesso ao seu passado, às suas origens.

Kilomba (2019, p.180 – 181) destaca a importância que tem na vida das pessoas negras esse apagamento histórico que as impossibilitam de ter acesso ao seu passado ancestral de ter conhecimento sobre as origens de suas famílias, a origem territorial de seus ascendentes:

O passado retorna na forma de perguntas invasivas: “Mas e seus avós, de onde são? E seus bisavôs?” O atrevimento dessas perguntas reside no fato de que elas invocam um passado traumático de ruptura e perda, um passado que ainda define aquelas e aqueles da Diáspora Africana como identidades fraturadas. Isso revela como o passado está intimamente ligado ao presente. A escravização e seu legado estão presentes na atual biografia de Kathleen. Como ela mesma diz: “Eu sei que meus ancestrais são africanas/os, mas isso é tudo.” O passado, portanto, coexiste com o presente, e a memória da escravização é parte do presente. Essa sensação de atemporalidade é uma característica do trauma clássico.

No Brasil, a política estabelecida pelo Estado brasileiro de queima dos arquivos da escravidão, promovida em 1890 por Ruy Barbosa, foi um golpe irreparável contra o direito à verdade no país. Essa ação, em conjunto com outras que caminham no mesmo sentido, confirma uma política de apagamento da história, de negação do passado traumático. Evidente que nem toda a documentação pôde ser queimada, são mais de quatro séculos de regime escravocrata no país, a documentação que retrata este passado perpassa outros arquivos e fontes históricas como é o caso da documentação encontrada no acervo da imigração do AHRIS.

Veríssimo (2020, p. 152) entende os arquivos da escravidão no Brasil como um “mal de arquivo”, segundo o conceito de Derrida (2001), trabalhando com a ideia de memória desenvolvida pela ciência da psicanálise.

A psicanálise, ao apresentar uma concepção inovadora de memória, permitiu a compreensão de que marcas históricas tanto podem se mostrar fortes e resistentes ao tempo quanto silenciadas e combatidas no ato da inscrição psíquica, no exercício constante do fazer memória. Obediente à

lógica inconsciente, esta que subverteu a equação memória-recordação, temos uma memória então reveladora de sua potência de construção de traços ao mesmo tempo em que passível de apagamento num cenário dual e conflitivo, fazendo indagar sobre o que consiste, em psicanálise, fazer e desfazer memória.

A memória coletiva e social é construída a partir das narrativas feitas posteriormente aos fatos. Há fatos históricos que são silenciados no ato da inscrição psíquica, ou seja, no exercício de construção de memória não são lembrados o suficiente para que se tornem uma memória coletiva. Algumas memórias podem ser resgatadas a partir de narrativas que se inserem no contexto da atualidade. Quem trabalha com a guarda de registros históricos interfere diretamente nessas inscrições de memórias, seja ajudando a lembrar ou ajudando a esquecer. A autora situa o arquivo como um porta-voz entre a existência e o apagamento dos fatos traumáticos da história.

O arquivo, desde então, encontra-se referido a um campo de contradições inerente à sua constituição e nos ensina que o debruçar sobre a complexidade de catástrofes seculares tais como a Shoah, as guerras colonialistas, os genocídios impiedosos e a política da escravidão perpetrada no Brasil por séculos a fio implicam na necessidade da sustentação de um tensionamento intrínseco a este arquivo. Este arquivo que, uma vez situado na dobradiça do escândalo desumanizante com a naturalização ceifadora de qualquer espanto e reconhecimento da violência, será também porta-voz de uma espécie de “tudo ou nada” entoará um canto potente na briga de forças entre a real existência e seu real apagamento e a invalidação na cultura pelo excesso traumático. (VERÍSSIMO, 2020, p.52)

A política do apagamento tem diferentes formas e desdobramentos dependendo do fato em si e do local e período em que está colocado. No Rio Grande do Sul há fatos que foram por anos apagados e posteriormente foram recuperados devido ao ativismo do movimento negro e ao esforço de alguns historiadores para relembrar fatos esquecidos ou “apagados”. Exemplo disto é a participação das pessoas negras na Revolução Farroupilha. A memória sobre o corpo dos Lanceiros Negros bem como a traição dos farrapos e o Massacre de Porongos tem sido recuperada e cada vez mais está fazendo parte das narrativas históricas sobre a Guerra dos Farrapos.

Sobre a relação dos imigrantes europeus e as pessoas escravizadas nas colônias, os historiadores Moreira e Mugge (2014, p.45) revelaram a dificuldade de divulgar a informação sobre os fatos da escravização nas colônias. Os autores apresentam dados sobre a realidade escravista nas colônias do Rio Grande do Sul pautados pela materialidade apresentada nos documentos arquivísticos e ajudam a



compreender este processo de apagamento ou de negação dos fatos históricos acerca da escravidão no sul do país.

Discursos historiográficos, nitidamente ideológicos, inviabilizaram os contingentes populacionais negros nas zonas de imigração europeia, construindo identidades municipais unicamente alicerçadas na presença *branca*, como se a participação dos africanos e de seus descendentes fosse incômoda.

Ainda hoje a narrativa mais conhecida da história da imigração brasileira ressalta apenas alguns aspectos da política de imigração, enfatizando bastante a ideia de que os imigrantes chegaram ao Brasil substituindo a mão de obra das pessoas escravizadas. Conforme Tramontini (2000, pág. 3) “Por muito tempo a historiografia tentou mascarar e ignorar a presença e a participação negra na sociedade gaúcha ou mesmo suavizar as brutalidades do sistema escravista nos pagos sulistas”.

As políticas de memória são ações que trabalham contra o esquecimento. Elas podem ser consagradas primeiramente como debates, polêmicas, datas comemorativas, exposições, entre outras atividades possíveis de desenvolver. Atualmente os movimentos negros e indígenas buscam cumprir este papel contra o apagamento ou as deturpações das narrativas históricas que fazem parte da negação de ações de violações de direitos humanos contra essas populações.

De acordo com Herrera (1982, pág. 299) o papel do profissional de arquivos não consiste apenas na guarda e na conservação dos documentos, mas também em facilitar e difundir os meios para seu conhecimento e acesso. O AHRS em termos de objetivos não apresenta como propósito a questão do acesso e difusão das informações do acervo, apenas estabelecendo que: “Sua função primordial é a guarda e a conservação da documentação histórica de origem pública, sobretudo do Poder Executivo, e privada” (SEDAC, 2023).

O acesso e a socialização das informações destes documentos nos arquivos fortaleceriam a narrativa dos grupos que sofreram violações de direitos humanos ao longo da história e fortaleceria o estabelecimento de uma narrativa mais próxima dos fatos ocorridos no Rio Grande do Sul durante o período da colonização e ocupação destes territórios.

Esse acesso à informação do acervo pode ser pensado a partir da descrição arquivística, pois por meio das descrições e dos instrumentos de pesquisa o

historiador pode ter acesso ao conteúdo dos documentos de arquivo. De acordo com Bellotto (2004, p.178-179):

Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita que o texto seja colocado ao seu alcance. Cabe portanto ao elaborador da descrição apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita. Se o historiador deve submeter-se às coordenadas que limitam seu trabalho, isto é, à existência de documentos utilizáveis e à lógica da sua própria análise, interpretação e síntese, o arquivista, por seu conhecimento do acervo e por sua técnica de descrição, indexação e resumo, pode fornecer-lhe elementos que, muitas vezes, permaneceriam sempre ignorados, gerando lacunas, distorções graves ou mesmo fatais para a historiografia.

Essa compreensão impõe uma grande responsabilidade sobre o profissional que trabalha com estes arquivos com conteúdo que trata de assuntos sensíveis e que ainda representam narrativas em disputa. A autora assinala a importância do arquivista no sentido de evitar as lacunas e distorções que podem ser nefastos para a historiografia.

## 4 POLÍTICAS DE MEMÓRIA, DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O acesso à informação dos arquivos permanentes pode ser pensado a partir da demanda dos usuários, a partir da demanda correspondente às necessidades sociais de um determinado tempo e também por proposta do arquivo. É comum que pautas históricas retornem às discussões cotidianas, principalmente quando há um fortalecimento dos setores que estão em luta por direitos. Facilitar o acesso à informação dos arquivos que contribuam para as pautas da nossa época é uma missão importante, levando em conta o comprometimento social dos arquivistas.

A tarefa de promover acesso aos documentos de arquivo corresponde aos objetivos da descrição arquivística de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAAD (G) 2000, p.11)

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

Ainda que se tenha uma grande procura por documentos do acervo da imigração, principalmente pelas listas de nomes de imigrantes chegados ao Estado, ainda há no acervo documentos muito difíceis de serem acessados justamente por falta de uma descrição adequada do acervo. A dificuldade é ainda maior quando se trata da documentação avulsa, que contém documentos reunidos de acordo com a data e a localidade onde foram produzidos.

Embora a descrição arquivística seja o trabalho que pode contribuir para a socialização de informações importantes deste acervo, ainda há um trabalho necessário que é iniciar a identificação dos fundos e construir um quadro de arranjo. A identificação dos fundos precede as demais práticas do tratamento arquivístico, conforme Bellotto (2004, p. 134):

A identificação dos fundos é um trabalho complexo que requer conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências (e suas mutações) dos órgãos produtores de documentação nos respectivos níveis da administração pública e nos vários setores da administração privada, se for o caso. Desse conhecimento depende todo o arranjo de um arquivo permanente, arranjo sem o qual o trabalho posterior de descrição e

levantamento de conteúdo dos documentos componentes será seriamente prejudicado. Esse prejuízo atingirá fatalmente toda a otimização da informação administrativa e da pesquisa histórica, cuja eficiência é, afinal, a própria razão de ser do arquivo permanente.

Compreendendo esta premissa fica nítida a necessidade de iniciar o trabalho pela implementação de uma política institucional de arranjo e a consequente elaboração do instrumento onde estejam claramente definidos os fundos documentais e a estrutura interna do “acervo”.

A construção do quadro de arranjo do acervo da imigração e posterior descrição multinível de acordo com o que propõe as normas de descrição arquivística ISAAD (G) e NOBRADE, procedimentos a serem executados dentro da padronização proposta pelas normas vigentes permitiriam uma apresentação qualificada do acervo ao usuário de arquivo.

Conforme Vital e Brascher (2016, pág. 226) “Descrição arquivística é uma atividade de representação da informação através dos processos de análise, organização e registro de elementos formais (estrutura), de conteúdo e contexto de documentos arquivísticos.”.

A descrição arquivística é uma função fundamental para a preservação e facilitação do acesso à informação e para que se possa interpretar e compreender a informação em diferentes espaços e tempos. O instrumento de pesquisa é o meio de acesso a estes conteúdos, sendo a apresentação do acervo ao usuário, de acordo com Herrera (1991. p. 299-300):

A descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente a fim de sintetizar e condensar a informação neles contida para oferecer aos interessados. Equivale a dar ao documento de arquivo ou seus conjuntos suas senhas de identidade, aquelas características que os definem com precisão (elegendo os elementos que melhor os identifiquem e que permitirão e facilitarão a comunicação consulta e recuperação). (Tradução nossa).

A descrição é uma função essencial do profissional dos arquivos considerando seu resultado como a geração e utilização de instrumentos de pesquisa que serão extremamente úteis para o pesquisador, mas também para o arquivista, pois os instrumentos de pesquisa propiciam ao gestor um maior controle sobre o acervo. Conforme De León (2016, pág. 17):

Simplificando ao limite esta afirmação, diremos que a descrição se apresenta como a mais “arquivística” das funções que exerce o profissional dos arquivos. Os resultados desta função (a geração e uso dos

instrumentos de descrição) se realizam com a visão posta na utilidade que terão para os usuários dos arquivos e para os próprios arquivistas, uma vez que os instrumentos permitirão exercer um maior controle sobre seus acervos. (Tradução nossa).

É a partir da descrição e dos instrumentos de pesquisa que o arquivista apresenta o acervo. A descrição não precisa ser elaborada como um texto breve e imparcial, precisa ser pensado com base na utilidade que ele terá para os usuários de arquivo, visando os objetivos da descrição arquivística que também é apresentado e explicar o contexto da produção dos documentos. Heather MacNeil, da University of British Columbia (MACNEIL, 2007) trabalha com a ideia de descrição arquivística como uma atividade muito mais próxima a da crítica textual.

A crítica textual busca preservar o patrimônio cultural escrito, e se dedica a metodologias que aproximem os textos cada vez mais do que pretendeu o autor ou autora na época em que o texto foi escrito. Trabalha a interpretação e produz comentários que visam aproximar quem faz a leitura dos textos antigos, mesmo com a distância temporal e cultural que separam o autor do leitor. A crítica textual também estuda o contexto em que os textos foram produzidos bem como os materiais de produção e suporte. Uma das similaridades da descrição e crítica textual é a análise e descrição do contexto no qual ocorreram a produção e transmissão de documentos.

Essa abordagem sobre o trabalho de descrição se aplicaria muito bem ao trabalho necessário para permitir entender o contexto e facilitar o acesso ao acervo da imigração do AHRS, levando em conta todas as particularidades desta documentação.

A descrição como representação do conteúdo é mais do que controlar e acessar os fundos, ela tem o objetivo de explicar o documento e seu contexto de produção para que se possa entender sua origem e sua procedência. Conforme Cook (2007, pág. 126) “As normas ISAD (G) e ISAAR (CPF) auxiliam nesse processo, pois permitem a separação entre o contexto e o conteúdo”.

A partir dos anos 90 a elaboração das normas para descrição arquivística feita pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) abriu uma nova perspectiva de comunicação entre as instituições, mas principalmente na comunicação entre os usuários e pesquisadores e os conteúdos disponíveis nos arquivos.

No caso do AHRS há um grande trabalho a ser feito para que o acesso as informações deste acervo estejam disponíveis e acessíveis. A padronização da

descrição a partir das normas estabelecidas podem permitir que estes documentos sejam acessados com mais agilidade, porém é preciso pensar em um tratamento arquivístico que facilite o acesso aos documentos levando em conta que os suportes estão muito danificados, necessitando de restaurações para que possam ser manuseados sem provocar maiores danos físicos.

Nesse sentido a representação da informação a partir de instrumentos de pesquisa eficientes e que não se atenham a uma descrição mínima, mas que busque representar ao máximo as informações que contém esta documentação apresentando seu contexto e seus dados detalhados pode evitar a necessidade de manuseio físico da documentação sem prejudicar o acesso ao conteúdo dos materiais.

De acordo com Hererra (1990, p. 304) a descrição também pode ser vista como uma forma de atuar sobre os problemas de conservação dos documentos, pois instrumentos de descrição adequados evitam o manuseio dos documentos físicos e aumentam a durabilidade dos itens. Um trabalho positivo de descrição facilita o acesso do pesquisador e reduz as buscas e tentativas de localização de dados que podem desgastar ou danificar os documentos.

(...) é inegável que a utilização reiterada dos fundos pelos profissionais da investigação vai incidir em sua conservação. E facilitar o acesso a estes documentos mediante um maior e efetivo número de instrumentos, cobrirá um duplo objetivo: abreviar a tarefa do investigador, reduzindo as buscas e localizações longas e infrutíferas que estraguem as peças documentais e, como consequência, evitar, ou ao menos diminuir sua deterioração. (Tradução nossa.)

É um desafio pensar em socializar informações que estão disponíveis apenas em um suporte já bastante desgastado e que não tem perspectiva de receber um tratamento de restauração adequado devido aos altos custos destes procedimentos e o pouco investimento que é destinado para esta finalidade pelo poder público. Nessa realidade pode-se pensar no acesso à informação a partir dos instrumentos de busca e da descrição arquivística que poderão desempenhar um papel importante no sentido de favorecer o acesso às informações dos documentos do acervo conservando seu atual estado físico.

Outra dificuldade que se impõe pelas características da documentação da época é a leitura paleográfica dos documentos. O acervo é composto quase totalmente por documentos manuscritos que muitas vezes são difíceis de serem lidos.

A descrição dos documentos contribuiria para sanar tal dificuldade considerando um trabalho realmente detalhado de descrição que não se proponha às informações básicas do acervo. A representação das informações do documento como um todo poderia ser uma alternativa de facilitação do acesso às informações sem prejudicar ainda mais as condições do suporte e sem as dificuldades da leitura paleográfica para o pesquisador.

#### 4.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

Para o usuário de arquivo é muito importante saber onde localizar a informação. Não é possível acessar o arquivo e os acervos como um todo buscando a informação necessária à sua pesquisa. Por isso a importância do trabalho de descrição e da elaboração de instrumentos de pesquisa, pois é a partir dos instrumentos de pesquisa que se apresenta o acesso à informação e ao conteúdo dos arquivos.

A autora Dunia Llanes Padrón considera dois momentos distintos, com diferentes paradigmas a respeito da descrição arquivística que abordam a relação entre descrição arquivística e instrumentos de pesquisa. A autora compreende que há um paradigma custodial (entre 1898-1980) e, posteriormente, um paradigma pós-moderno (1980 até atualmente). De acordo com ela, no período custodial a finalidade principal da descrição é a criação de instrumentos de busca. Na pós-modernidade o objetivo é representar a informação por meio dos instrumentos de pesquisa, separando a descrição dos instrumentos de pesquisa, compreendendo que a representação da informação pode se dar por meio de diferentes instrumentos. Conforme Padrón (2016 p. 29):

A descrição nos arquivos não deve ser realizada com a finalidade criar um determinado instrumento de busca ou de consulta. Seu objetivo deve estar orientado a representar a informação de forma coerente para estabelecer um sistema geral de informação arquivística que permita representar a informação em vários formatos (vários instrumentos de descrição) e integrar dados de vários arquivos para facilitar seu intercâmbio e sua gestão. (Tradução nossa.)

Os instrumentos de pesquisa são os meios pelos quais se busca no acervo os documentos que são necessários para consulta e estudo do usuário. Um arquivo que não tem um instrumento de busca adequado dificilmente facilitará o acesso ao conteúdo do acervo. Em uma conjuntura onde avança cada vez mais a velocidade

na propagação de informações, é preciso adotar um ritmo e uma dinâmica nos arquivos que esteja de acordo com a nova realidade. A construção de instrumentos de pesquisa eficientes contribuem para a agilidade da consulta à informação.

Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas com as quais buscamos a informação. Podem ser guias, catálogos, inventários. Serão o meio para localizar os documentos, ajudando no controle e no acesso do acervo. A escolha sobre o tipo de instrumento de pesquisa a se desenvolver dentro de um arquivo pode seguir alguns níveis, mantendo uma relação direta com os níveis de classificação dos documentos. De acordo com o que estabelece Lopez (2002, p. 23):

O guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. No guia deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como por exemplo os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc.

Os instrumentos temáticos que são feitos por assunto respondem a uma demanda específica. Os catálogos seletivos muitas vezes podem ser tratados como uma forma de atrair a sociedade para buscar informações nos arquivos. Assuntos de interesse de um grande público podem ser selecionados para intervir em temas amplamente discutidos como é o caso da escravidão no Brasil por exemplo.

A iniciativa de promover catálogos sobre os documentos relacionados ao regime escravocrata brasileiro do século XIX foi feita em 1993 pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, no Arquivo Público do Estado do Paraná (2005), em 2010 pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Arquivo Público de Uberaba em 2018 (G1,2018). Essas iniciativas demonstram uma necessidade crescente nos últimos anos de rever algumas narrativas contando com os documentos que sobreviveram até os nossos dias e que podem auxiliar no exercício de recuperação de memórias de tempos distantes.

Na medida em que estes arquivos vão disponibilizando estes instrumentos de pesquisa por meio da internet os catálogos seletivos vão abrindo espaço para pesquisas mais amplas e possíveis de serem feitas a partir de qualquer lugar do globo terrestre. A continuidade deste trabalho em outros arquivos do país certamente fortalece as condições para uma pesquisa histórica fundamentada na documentação produzida pelas instituições naquele período histórico.



## 5 CONCLUSÃO

Os documentos encontrados no AHRS demonstram a existência do uso de trabalho escravo nas colônias do estado, fato pouco conhecido e debatido na sociedade, o que permite uma revisão histórica que leve em conta estes documentos e as elaborações dos historiadores mencionados no texto, permitindo assim a inserção das pessoas negras também como sujeitos da construção das colônias de imigração do RS.

Esta revisão teria como objetivo combater a política do apagamento de fatos históricos. No Brasil as tendências escravocratas, seguindo a tradição social de apagar a história - exemplificada na queima dos documentos citada neste trabalho - também apresentam uma “nova história”, onde o personagem do negro escravizado é o agressor. Um exemplo claro disto encontramos nas palavras do ex-presidente Bolsonaro: “O português nem pisava na África, eram os negros que entregavam os escravos” (GONÇALVES, 2018).

Mesmo nesse contexto o povo negro e as populações nativas - que foram e são frequentemente apagados da história - cada vez mais reivindicam e abrem espaço dentro dos estudos e das discussões sobre a construção do Brasil. Um trabalho sobre a descrição arquivística e elaboração de instrumentos de pesquisa que destaque estes documentos proporia um novo sentido para o acervo da imigração, que iria além de atender o usuário de arquivo descendente de imigrantes europeus e poderia inserir o AHRS em um trabalho que já vem sendo feito na sociedade de recuperar a história e das populações apagadas. Este projeto se intensificou a partir da lei 11.645 de 10 de março de 2008, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio no Brasil.

Atingindo o seu objetivo geral, o trabalho aponta como uma política de descrição arquivística pode contribuir com a socialização das informações do AHRS sobre a escravização negra nas colônias de imigração e auxiliar no debate social dos nossos dias sobre direitos humanos, reparação histórica e políticas de memória. Este processo de descrição tem como objetivo dar um amplo e ágil acesso à informação para a sociedade, entendendo a descrição arquivística como meio de interação entre o pesquisador e o documento, é a forma de apresentar o contexto e o conteúdo dos documentos (De León, 2016). A partir da descrição identificar,

localizar, resumir e transcrever documentos, além da facilitação do acesso, também deve-se considerar a maior facilidade para se obter o controle e a localização dos documentos.

Quanto aos objetivos específicos deste trabalho, estes foram atingidos pelos resultados obtidos com a análise dos documentos da imigração das colônias de São Leopoldo, Santa Cruz e Teresópolis – Porto Alegre, com a identificação e exposição dos dados e informações que registram a presença da população negra escravizada nesta região, com a abordagem das funções arquivísticas e a elaboração de instrumentos de pesquisa no contexto da recuperação de informações nos arquivos e, por fim, com a ênfase na importância dos arquivos na atuação por políticas de memória que contribuam com justiça e reparação histórica aos povos que sofreram violação de direitos humanos no processo de colonização.

Os dados apresentados no trabalho demonstram estar errada a historiografia produzida pelos ideólogos da identidade étnica dos imigrantes teutos no sul do Brasil, que fazem questão de afirmar que os imigrantes/colonos não tinham escravos, pois estariam imbuídos de uma cultura germânica que valorizaria o trabalho livre, um juízo que a historiografia adotou de modo acrítico como evidência. Todos os dados apresentados foram extraídos e organizados a partir da análise da documentação do acervo da imigração do AHRIS e do estudo de obras de autores e autoras que elaboram sobre os temas dos arquivos e direitos humanos, sobre a descrição arquivística e a história das colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul, junto a uma cuidadosa leitura paleográfica dos documentos do acervo da imigração. Também foi realizada a digitalização de alguns documentos para possibilitar a consulta da informação sem danos ao suporte. Os documentos utilizados para elaboração deste trabalho foram os registros das colônias acima citadas. O trabalho destaca os autores que elaboraram sobre as relações estabelecidas nas colônias entre os imigrantes e as pessoas negras escravizadas.

A grande dificuldade encontrada na elaboração deste trabalho foi a inexistência de um instrumento de pesquisa que descreva de forma detalhada os conteúdos dos documentos do acervo da imigração no AHRIS, o que torna difícil a busca sobre essa documentação específica.

Uma sugestão para futuros estudos, visando este combate à política do apagamento de fatos históricos, seria o estudo direcionado às populações indígenas

que também têm sua presença registrada na documentação do acervo da imigração do AHRs.

Por fim, muito importante resgatarmos alguns fatos da conjuntura que vivemos no país. A situação brasileira de instabilidade política e econômica mobilizou a sociedade como um todo para buscar alternativas. Forças de extrema-direita se organizaram no país e colocaram em pauta revisões históricas com o objetivo de atacar as políticas públicas destinadas aos grupos sociais que sofreram/sofrem discriminações e violações de direitos humanos. A escravização de pessoas tem sido pauta na atualidade com setores pró-escravidão se pronunciando abertamente.

Um dos elementos que demonstra o fortalecimento destes setores foi a vitória, em 2017, dos ruralistas, setor da economia que concentra praticamente 90% dos trabalhadores libertados em condições de escravização moderna (MELO, 2020). Nesse ano, o presidente Michel Temer mudou o significado de escravo na legislação brasileira. A portaria de Temer impôs vários empecilhos para que uma pessoa em condição de escravizada seja libertada. Um exemplo é a necessidade de que no local onde se encontra a pessoa submetida a condição de trabalho escravizado haja pessoas armadas, se não tiver este elemento não é considerado escravização, ou seja, não pode ocorrer resgate. A Organização Internacional do Trabalho se manifestou contra a portaria, apontando o Brasil como um mau exemplo para o combate a escravização moderna (MENDONÇA e OLIVEIRA, 2017).

É notório esse empoderamento do campo ideológico que defende os escravistas, possível de observar em vários casos em que a escravização é defendida publicamente, como o caso do vereador Sandro Fantinel de Caxias do Sul. Sandro Fantinel é ligado ao setor ruralista já mencionado, não teve qualquer constrangimento para realizar discurso em apologia ao direito dos escravizadores de manterem as condições de trabalho análogo a escravidão flagrado nas vinícolas da serra gaúcha, insistindo na vitimização dos criminosos escravistas e na condenação das vítimas escravizadas (G1, 2023).

Este contexto de pós-verdade, de fortalecimento dos ideólogos da falsificação da história e de sigilos seculares, faz com que a ação oposta ganhe, também, centralidade. A preservação dos documentos, sua revelação e a divulgação de suas informações, torna-se um dos importantes elementos de preservação da nossa própria história. A socialização do conteúdo desses arquivos é uma possibilidade

concreta de discutir sobre nosso passado e dar a lugar às comunidades que foram invisibilizadas na construção da nossa memória coletiva.

O momento histórico exige cada vez mais compromisso com a verdade por parte dos profissionais da área da comunicação. Para combater o apagamento temos como ferramenta a política da difusão da informação arquivística. Documentos que estão esquecidos dentro dos arquivos podem ganhar vida dentro de discussões cada vez mais ricas, que abrem espaço para que possamos conhecer a construção histórica e social do país, admitindo as realidades do passado traumático e tratando-os como possível dentro do contexto da sociedade atual.

No último período é nítida a retomada das discussões a respeito da história do povo negro e indígena no Brasil. Estes debates acontecem muitas vezes sob a base de invenções, “fake news”, ou com base na história construída pelo colonizador e fortalecida durante a ditadura militar no Brasil. Nesse sentido é fundamental apresentar os documentos que trazem à tona informações confiáveis do ponto de vista da veracidade dos fatos em questão.

Há fortes ações nesse sentido que já estão se demonstrando como acertadas em outros arquivos e que podem ser exemplos e inspirações. Quem sabe se possa pensar em uma ação integrada entre os arquivos para interagir a partir destes conteúdos na área da educação? Os casos dos arquivos que construíram catálogos evidenciando estes documentos que tratam sobre a escravidão no Brasil é um fato interessante se nos baseamos no que dizem os Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos, documento de trabalho do Conselho Internacional de Arquivos (2016, p. 8).

Arquivistas devem rapidamente arranjar e descrever os arquivos para assegurar acesso igual, justo e eficaz aos usuários, dando prioridade à organização e à descrição daqueles acervos arquivísticos que documentem graves violações de direitos humanos.

É nítida a importância da profissão do arquivista para contribuir com a entrega das informações necessárias ao pesquisador, facilitando o acesso a informações. Importante também a participação nas discussões que ocorrem na sociedade, sempre que haja as condições e as ferramentas necessárias para contribuir e qualificar estas discussões que são apresentadas a partir das demandas sociais. Sendo o trabalho do arquivista voltado para dar acesso às informações, nossas funções e trabalhos devem objetivamente atender este propósito e em alguns casos, como o do AHRS, passar por um trabalho de organização do arquivo que permita

chegar em condições de construção de instrumentos de pesquisa que ajudem de fato a busca da informação, tornando possível almejar projetos maiores como os já existentes em outros arquivos que estão em condições mais desenvolvidas e podem servir de exemplo ou referência.

## REFERÊNCIAS

AHRS. Acervo Imigração, códice C-374. Cópia dos autos de medição que se procedeu em 1824 no terreno que compreendia a Real Feitoria do Linho Cânhamo - Colônia de São Leopoldo, 1850.

AHRS. Acervo Imigração, códice C-332. Registro da Distribuição dos Colonos pelas Diferentes Colônias, São Leopoldo 1824/1853.

AHRS. Acervo Imigração, cx. 37, mç. 69. Mapa estatístico da colônia de São Leopoldo 21 de março de 1847.

AHRS. Acervo Imigração, cx 36, mç. 67. Mapa estatístico da colônia de São Leopoldo de janeiro de 1850.

AHRS. Acervo Imigração, cx 36, mç. 67. Mapa estatístico da colônia de São Leopoldo de julho de 1850.

AHRS. Acervo Imigração, cx. 37, mç. 69. São Leopoldo RS. 1851 - Relação nominal dos escravos existentes em 1º de julho de 1851 e matriculados em conformidade da Lei Provincial nº 183 de 18 de outubro de 1850.

AHRS. Acervo Imigração, cx. 34, mç. 63. Mapas resumidos da população da colônia de Santa Cruz de fevereiro de 1856.

AHRS. Acervo Imigração, cx. 34, mç. 63. Mapas resumidos da população da colônia de Santa Cruz de setembro de 1858.

AHRS. Acervo Imigração, cx. 38, mç. 74. Estatística da Nova Colônia de Therezopolis de propriedade de Guilherme Ferreira d'Abreu. Porto Alegre. Sem data. ALEMANHA reconhece ter cometido genocídio na Namíbia. **Deutsche Welle**, Berlim, 28/05/2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/alemanha-reconhece-ter-cometido-genoc%C3%ADdio-na-nam%C3%ADbia/a-57698290>>. Acesso em: 05 de março de 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. APESC\_IP 026-01 - Catálogo seletivo sobre a Escravidão. Fonte: Ofícios das Chefias da Polícia para Presidência da Província (1833/1870). Disponível em: <<https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/catalogo-seletivo-sobre-a-escravidao-fonte-oficios-das-chefias-da-policia-para-presidencia-da-provincia-1833-1870>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Campanha "10 anos dos catálogos de documentos da escravidão" no mês da consciência negra, 02 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/campanha-10-anos-dos-catalogos-de-documentos-da-escravidao-no-mes-da-consciencia-negra>>. Acesso em: 10 de março de 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. Catálogo seletivo de documentos

referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos, Coleção Pontos de Acesso, 2005. Disponível em: <[https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-11/catalogo\\_afro.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/catalogo_afro.pdf)>. Acesso em: 19 de março de 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes - tratamento documental - 2. ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2004. Disponível em: <http://gpaf.info/dtd/ArqPerm/Bellotto.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. NOBRADE: Norma Brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf> Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

CATÁLOGO com documentos do período da escravidão em Uberaba é lançado em e-book. **G1**, Triângulo Mineiro, 12 de maio de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/catalogo-com-documentos-do-periodo-da-escravidao-em-uberaba-e-lancado-em-e-book.ghtml>>. Acesso em: 17 de março de 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos, 2016. Disponível em: [www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios\\_basicos\\_sobre\\_papel\\_arquivistas\\_rev%20final%2007112016\\_Portuguese.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios_basicos_sobre_papel_arquivistas_rev%20final%2007112016_Portuguese.pdf). Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

COOK, M. Desenvolvimento na Descrição Arquivística: Algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, [S. l.], v. 20, n. 1-2, p. 125–132, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/77>. Acesso em: 17 mar. 2023.

DE LEON, José Antonio Ramirez. Diseño de instrumentos de descripción archivística. Edición a cargo de la Dirección General de Gestión de la Información y Estudios del inai 1a edición, diciembre de 2011. 2a edición, diciembre de 2016. Impreso en México 2016.

DERRIDA, Jacques. Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GONÇALVES, Géssica Brandino. Portugueses nem pisaram a África, diz Bolsonaro sobre escravidão. **Folha UOL**, São Paulo, 31 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 20 de março de 2023.

HERRERA, Antonia Heredia. Archivística general teoría y práctica - 5. ed. - Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991 disponível em: <https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LICHT, Otávio Augusto Boni. Povoadores alemães do Rio Grande do Sul 1847 – 1849. Editora: EST edições. 1ª edição. Porto Alegre, 2005.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: Elaboração de instrumentos de pesquisa. Arquivo do estado e Imprensa Oficial do Estado. São Paulo 2002.

MACNEIL, Heather. Recent trends in archival description: the finding aid as cultural text. Paper to the ARMReN workshop. Londres: University College London, 26 jun. 2007.

MAESTRI, Mário. História e historiografia CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos. 2008. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006 Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100823031132/06mae.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

MELO, Karine. Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019. **Agência Brasil**, Brasília, 28 de janeiro de 2017. Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em#:~:text=Casos%20de%20trabalho%20escravo,cultivo%20de%20milho%20\(67\)>](https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em#:~:text=Casos%20de%20trabalho%20escravo,cultivo%20de%20milho%20(67)>)>. Acesso em: 12 de março de 2023.

MENDONÇA, Heloísa e OLIVEIRA, Regiane. Entenda as novas regras que reduzem o combate ao trabalho escravo. **El País**, 20 de outubro de 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/politica/1508447540\\_501606.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/politica/1508447540_501606.html)>. Acesso em: 17 de março de 2023.

MOREIRA, Paulo R. Staudt e MUGGE, Miquéias H. História de Escravos e Senhores em uma região de imigração europeia - 2. ed. - São Leopoldo: Okos, 2014.

NAZAR, Mariana. Arquivos e direitos humanos: entre a história, memória e justiça. Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II, N° 5, p. 24-39, outubro de 2017. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/artigo\\_01.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_01.php). Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

PADRÓN, Dunia Llanes. La descripción archivística en los tiempos posmodernos : conceptos, principios y normas / Dunia Llanes Padrón. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PICCOLO, H. I. L. Imigração Alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro. Rio Grande do Sul, século XIX. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, p. 165-178, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107682>. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.



QUINTANA, Antonio Gonzáles. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II, Nº 5, p. 10-23, outubro de 2017. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/artigo\\_especial.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_especial.php)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

RAMUNDO, Ana Neiro. Evolución histórica de la descripción archivística en España en la época contemporánea. análisis de la transformación de los instrumentos de control y descripción: del catálogo manuscrito a los gestores web de objetos digitales culturales - El Ferrol: Universidad Coruña, 2012.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Sobre o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <<https://cultura.rs.gov.br/sobre-ahrs>>. Acesso em: 03 de março de 2023.

TRAMONTINI, Marcos J. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo—primeira metade do século XIX). Primeiras Jornadas de História Regional Comparada—Rio Grande do Sul, Uruguay, Corrientes, Santa Fé, Entre Rios, Córdoba e Misiones, p. 1-17, 2000.

VEREADOR do RS que discursou contra baianos é alvo de pedidos de cassação; MPT apura apologia ao trabalho escravo. **G1**, redação RS, 01 de março de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/01/vereador-do-rs-que-discursou-contrabaianos-e-alvo-de-pedidos-de-cassacao-mpt-apura-apologia-ao-trabalho-escravo.ghtml>>. Acesso em: 11 de março de 2023.

VERÍSSIMO, Tânia Corghi. A escravidão como mal de arquivo: apagamento e acontecimento na história do Brasil. Universidade de São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <[www.scielo.br/j/alea/a/vSYcr6smRNDmctpfB9S4dbQ/?lang=pt&format=pdf](http://www.scielo.br/j/alea/a/vSYcr6smRNDmctpfB9S4dbQ/?lang=pt&format=pdf)>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

VITAL, Paula Luciane e BRASCHER, Marisa. Descrição arquivística: uma discussão conceitual. **Informação e informação**, Londrina, v. 21 n. 1, p. 213 – 229, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

**ANEXO A – CÓDICE 332 – REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS  
PELAS DIFERENTES COLÔNIAS, SÃO LEOPOLDO 1853.**

PÁGINAS 9 E 24

Vila de S. Leopoldo

N.º	Nomes	Idade	Oficio	Religião	Estado	Observações
106	Martin Michel	19	Labrador	Cat.	A	
"	Maria de Deus	A	"	"	Branca	para a Vila de Florianópolis
107	João Krichi	47	Agricultor	Evangelico	A	
108	Carlota	A	"	"	"	
109	Leonardo	f	"	"	Branca	
110	Ludovina	f	"	"	"	
111	Carlos	f	"	"	"	
112	João	f	"	"	"	
113	Elisabeth	f	"	"	"	
114	Bartholomeu	f	"	"	"	
115	Augusta	f	"	"	"	
116	Carolina	f	"	"	"	
Dona Antonia		41	"	Cat.	Branca	
117	Nicholas Stumpf	50	Agricultor	Cat.	A	
118	Elisabeth	M	"	"	"	
119	João	f	"	"	Branca	
120	Pedro	f	"	"	"	
121	Carlota	f	"	"	"	
122	Ernesto	f	"	"	"	
123	Christiana	f	"	"	"	
124	Estevão	f	"	"	"	
125	Leopoldo	f	"	"	"	
126	Wilhelm Schuler	f	33	Agricultor	Evangelico	A
Dona Dominga		19	"	Cat.	Branca	1
" Maria		19	"	"	"	1
" Inez		11	"	"	Branca	1
" Juliana		29	"	"	"	1
" Francisca		4	"	"	"	1
" Manoel		3	"	"	"	1
" José		3	"	"	"	1
127	Paula Hamel	58	Agricultor	Cat.	A	
128	Maria Theresia	M	"	"	"	
129	Antonia	f	26	Evangelico	"	
130	João	f	23	"	Branca	
131	Adriano	"	"	"	"	
132	Inocencia	"	"	"	"	

Vila de São Paulo

Brasiliana

Quantidade	Nomes	Idade	Profissão	Estado	Observações
					Cap. 2. 1.º
31	Joaquim de Paula	41	agror		
32	Antônio de Almeida	4	29		
33	Agustina Maria de Paula	1	16		
34	Antônio de Almeida	1	12		
35	Baldino	1	10		
36	Teófilo	1	6		
37	Pedro	1	5		
38	Amábile	1	13		
39	Joaquim de Araújo	47			
40	Antônio Lourenço de Paiva	45	Salteador		
41	Antônio Lourenço de Paiva	44	37		
42	Antônio de Almeida	agror	16		
	Esposa Francisco	38	agror	1	Mira
	Antônio	17		1	Mira
43	Francisca de Paula Rebelo	40	agror		
44	Antônio Maria Rebelo	30	43		
45	Lourenço Maria de Paula	16			
46	Joaquim de Almeida	5			
	Esposa Antonio	41	agror	1	Sago
	Joaquim	16	agror	1	Berguello
	Jacob	14	agror	1	Mira
	Agustina	12	agror	1	Criado
	Maria	27	"	1	Berguello
	Lourenço	16		1	Criado
47	Francisco de Paula de Barros	16	agror		
48	Antônio Lourenço	20			
49	Antônio Lourenço	agror	38		
50	Antônio Lourenço filh.	16			
51	Francisca de Almeida de Jesus	34	"		
52	Maria Fran. de Paula	1	16		
53	Francisca Fran.	1	14		
54	Francisco de Paula Ramos	1	13		
55	Antônio de Almeida	1	8		
56	Antônio Lourenço	1	6		
57	Francisca de Almeida	1	4		
58	Antônio de Almeida	1	2		

ANEXO B – RELAÇÃO NOMINAL DOS ESCRAVOS EXISTENTES EM 1º DE JULHO DE 1851. SÃO LEOPOLDO.

*Colônia de São Leopoldo.*

*Relação Nominal dos Escravos existentes em 1º de Julho de 1851.*  
e matriculados em conformidade da Lei Provincial N. 18 de 11 de Outubro de 1850.

N.	Distrito	Dono do Escravo	Nome do Escravo	Idade em Anos	Profissão	Naturalidade	Tempo de Serviço	Observações
1.	Proda dos 2 primeiros	Seibthorn Weyden	Joaquim	17	Lavrador	da Costa	5 annos.	Colônia N.º 9 a direita
2.	"	"	Maria	18	"	Dom.	Dom.	Dom.
3.	"	"	Antonio	2	"	União de São Paulo	"	Dom.
4.	"	"	Sebastião	1	"	Dom.	"	Dom.
5.	"	João Lauer	Ignacia	19	Lavrador	Pernambuco	6 annos	Colônia N.º 6
6.	"	Rudolf Freytag	João	20	Lavrador	Nago	2 annos	Colônia N.º 1
7.	"	Carol Blaudt	José	70	"	Angola	3 "	Colônia N.º 12 a direita
8.	"	"	Antonio	16	"	Dom.	9 "	"
9.	"	"	Antonio	20	"	Pernambuco	3 "	"
10.	"	"	Eva	24	"	St. Myje	15 "	"
11.	"	"	Anna	24	"	Angola	4 "	"
12.	"	"	Adão	8	"	União de São Paulo	"	"
13.	"	"	Pera	5	"	Dom.	"	"
14.	"	"	Maria	3/2	"	Dom.	"	"
15.	"	"	Christina	2	"	Dom.	"	"
16.	"	"	Serge	2	"	Dom.	"	"
17.	"	Frederico Lampert	Maria Victoria	17	"	União de São Paulo	6 annos.	Colônia N.º 9 esquerda
18.	"	Leopoldo Weyden	Pedro	18	"	União de São Paulo	2 annos	Colônia N.º direita
19.	Proda do 1º e 2º	João Heitzger	Antonio	18	Lavrador	União de São Paulo	1 anno	Colônia N.º 15 direita
20.	"	"	Anna	18	"	Nago	1 anno	Dom.
21.	"	Seibthorn Rose	João	24	Lavrador	Nago	1 anno	Colônia N.º esquerda
22.	"	Nicolás Blaudt	João	22	Lavrador	Benjamina	7 annos	Colônia N.º direita
23.	"	"	Eva	24	"	Nago	6 annos	Dom.
24.	"	"	João	5	"	União de São Paulo	"	Dom.
25.	"	"	João	3	"	"	"	Dom.
26.	"	"	Manoel	1/2	"	"	"	Dom.
27.	"	Frederico Rose	Maria	20	"	Nago	4 annos	Colônia N.º esquerda
28.	Proda dos 18 primeiros	Sege Wauermann	Joaquim	14	Lavrador	União de São Paulo	1 anno	Colônia N.º 12
29.	"	"	Miguel	20	"	"	4 annos	"
30.	"	"	Maria	20	"	Nago	1 anno	"
31.	Proda de Antonio	Pedro Weyden	João	26	Lavrador	União de São Paulo	9 annos	Colônia N.º
32.	"	"	Miguel	25	"	Nago	3 annos	Colônia N.º
33.	"	Nicolás Büchel	Cláudia	30	Nago	Lavrador	5 annos	Colônia N.º
34.	"	"	Barbara	5	S. Leopoldo	"	"	"
35.	"	"	José	1	S. Leopoldo	"	"	"
36.	"	Nicolás Büchel	Francisco	14	Lavrador	Nago	6 annos	Colônia N.º 12
37.	"	"	João	20	"	Nago	7 annos	"
38.	"	"	Sebastião	25	"	St. Myje	9 annos	"
39.	"	"	Pedro	5	"	S. Leopoldo	"	"
40.	"	"	Hyppolito	2	"	S. Leopoldo	"	"
41.	"	"	Miguel	1	"	S. Leopoldo	"	"

2-  
Continuação

N	Distrito	Dono do Escravio	Nome do Escravio	anos 2 idade	Officio	Naturalidade	o tempo este emprego de Sr.	Observações
42.	Ilhada de Matencio	Pedro Nicken	Antonio	22	Lavrador	Nago	3 annos	Colonia N
43	"	Jacob Richard	Manoel Baguin	30.	Lavrador	Nago	4 annos	Colonia No.
44	Commu. de Matencio	José Sifontes	...	26	...	...	...	...
45	"	...	José	18	D	Nago	3/2 annos	Dem.
46	"	...	Isabel	22.	"	Paranaguá	3 annos	Dem.
47	"	Valentin Schwengel	José	20	Lavrador	Nago	5 annos	Costa da Serra
48	"	Sidonio Agentobles	Manoel Lucia	20	Lavrador	Mina	2 annos	Dem.
49	"	João Pedro Schmitt	Manoel	36.	Lavrador	Nago	2 annos	Entrada do Campo Bom
50	"	...	Paula	30.	"	Orizaba	15 annos	Dem.
51	"	...	João	6	"	D	"	Dem.
52	"	...	João	14.	"	D	"	Dem.
53	"	...	Luiza	2	"	D	"	Dem.
54	"	...	Maria	1/2	"	D	"	Dem.
55	"	Jacob Albrecht	Carolino	34.	Custidor	Bahia	6 annos	Dem.
56	"	...	João	34	Dem.	Nago	2 annos	Dem.
57	"	...	Maria	28.	"	Nago	4 annos	Dem.
58	"	Siderico Crichton	Domingo	26.	Lavrador	Nago	1 anno	Campo
59	"	...	Maria	24.	"	São Paulo	2 annos	Dem.
60.	"	...	Antonio	2	"	Caraculo	"	Dem.
61	"	...	João	1/2	"	Dem.	"	Dem.
62	"	Henrique Freyler	Manoel	30.	Lavrador	Nago	1 anno	Dem.
63	"	Pedro Koch	Antonio	30	Lavrador	Nago	4 annos	Costa da Serra
64	"	...	Bernarda	28	"	Dem.	2 annos	Dem.
65	"	...	José	14.	"	D	"	Dem.
66	"	Silvino Koch	Maria	25.	"	Nago	3 annos	Dem.
67	"	...	Catharina	3/4	"	Orizaba	"	Dem.
68	"	Jacob Altmeyer	Manoel	24.	Lavrador	Nago	1 anno	Entrada do Campo Bom
69	"	Liborius Montz	Antonio	22.	Lavrador	Mina	2 annos	Costa da Serra
70	"	Henrique Pedro Bender	Vitoriano	35.	Custidor	Bahia	7 annos	Entrada do Campo Bom
71	"	...	Julia	25	"	Dem.	9 annos	Dem.
72	"	...	Antonio	7	"	S. Leopoldo	"	Dem.
73.	"	André Montz	Jose	22.	Carpinteiro	Orizaba	1 anno	Dem.
74	"	Silvino Freim	Manoel	14.	"	Orizaba	3 annos	Arco do Weinstz
75	"	Miguel Freyler	Lourença	20.	"	Bahia	6 annos	Estancia velha
76	"	...	Mina	2	"	S. Leopoldo	"	Dem.
77	"	...	Manoel	1	"	S. Leopoldo	"	Dem.
78	"	Thomas Schuina	Jose	25	Lavrador	Nago	1 anno	Dem.
79	"	...	Maria	00.	"	Mina	9 annos	Dem.
80	"	Silvino Freyler	João	22.	Lavrador	Costa de Matencio	1 anno	Hayes - Wald
81	"	Jacob Sifontes	Manoel	28	Lavrador	Nago	7 annos	Costa de Serra
82	"	...	Luiza	25	"	Nago	2 annos	Dem.
83.	"	...	Maria	1/2	"	S. Leopoldo	"	Dem.
84.	"	Pedro Sifontes	Antonio	29.	Lavrador	Nago	2 annos	Dem.

Continuação

N.	Districto	Nome da Escola	Nome do Livro	Idade	Profissão	Naturalidade	Tempo de estudo	Outros
85	Parque Ocidental	Carlos Ruppenthal	Miguel	20	Leitor	Angola	4 annos	Costa da Leste
86	"	"	Maria	30	"	Angola	5 annos	Dom
87	"	"	Luisa	40	"	Angola	"	Dom
88	"	"	Luis	14	"	Angola	"	Dom
89	"	João Pereira	Jose	24	Escritor	Angola	5 annos	Costa do Sul
90	"	"	Manoel	30	Escritor	Angola	3 annos	Dom
91	"	"	Francisca	23	"	Angola	3 annos	Dom
92	"	"	Jose	14	"	Angola	"	Dom
93	"	"	Jose	2	"	Angola	"	Dom
94	"	"	Maria	8	"	Angola	"	Dom
95	"	João Pereira	Maria	32	"	Angola	3 annos	Costa da Leste
96	"	António Pereira	Jose	24	Leitor	Angola	3 annos	Rio de Seno
97	"	"	Maria	30	"	Dom	6 annos	Dom
98	"	Manoel Paulo	Simplicio	35	Leitor	Angola	6 annos	Costa do Sul
99	"	"	Severino	23	"	Dom	6 annos	Dom
100	"	"	Luciano	53	"	Rio de Seno	25 annos	Dom
101	"	"	Desiderio	18	"	S. Paulo	4 annos	Dom
102	"	"	Constantino	16	"	S. Paulo	4 annos	Dom
103	"	"	Miguel	40	"	Angola	25 annos	Dom
104	"	"	Jose	25	"	Angola	4 annos	Dom
105	"	"	Severino	24	"	Angola	4 annos	Dom
106	"	"	Severino	28	"	Angola	6 annos	Dom
107	"	"	Augustino	28	"	Angola	6 annos	Dom
108	"	"	Augustino	50	"	Angola	30 annos	Dom
109	"	"	Custodia	30	"	Angola	22 annos	Dom
110	"	João Pereira	João	25	Leitor	Angola	"	Costa da Leste
111	"	"	Leandro	8	"	Angola	"	Dom
112	"	"	Miguelina	22	"	Angola	"	Dom
113	"	"	Augustino	2	"	Angola	"	Dom
114	"	Manoel Paulo	Paulo	50	Leitor	Angola	30 annos	Estância Velha
115	"	"	Manoel	56	"	Angola	16 annos	Dom
116	"	"	Paulo	30	"	Angola	6 annos	Dom
117	"	"	Salomão	29	"	Angola	6 annos	Dom
118	"	"	Severino	46	"	Angola	30 annos	Dom
119	"	"	Solidade	20	"	Angola	"	Dom
120	"	"	Maria	8	"	Angola	"	Dom
121	"	Solicitor Gomes da Silva	Antonia	40	Leitor	Angola	32 annos	Estância Velha
122	"	"	João	40	"	Angola	30 annos	Dom
123	"	"	Severino	50	"	Angola	18 annos	Dom
124	"	"	Jose	22	"	Angola	4 annos	Dom
125	"	"	Nora	21	"	Angola	3 annos	Dom
126	"	Capitão da Costa	Maria	40	Leitor	Angola	4 annos	Rio de Seno
127	"	Francisco da Costa	Paulo	49	Leitor	Angola	2 annos	Dom
128	"	"	Severino	29	"	S. Paulo	1 anno	Dom

Districto		Cidade de Lisboa					ajta esta		Observações
N.		Nome do Escravo	Nome do Escravo	Idade	Officio	Naturalidade	Tempo de Escravidão		
129	Parque Occidental	Mãe de S. Pedro Botumant	Manoel	60	Lavrador	Mina	8 annos	Estancia velha	
130	"	"	Domingo	56	"	Labande	30 annos	Dem.	
131	"	"	Jose	30	"	Bengalla	10 annos	Dem.	
132	"	"	Joaquim	30	"	Bengalla	4 annos	Dem.	
133	"	"	Sebastião	33	"	Corço	6 annos	Dem.	
134	"	"	Baptista	18	"	Angola	36 annos	Dem.	
135	"	"	Antonia	20	"	Camunongo	7 annos	Dem.	
136	"	"	Narciso	24	"	Nago	7 annos	Dem.	
137	"	"	Jon	20	"	Nago	2 annos	Dem.	
138	"	"	Maria	50	"	Bahia	14 annos	Dem.	
139	"	"	Novas	33	"	Mina	14 annos	Dem.	
140	"	"	Ant. Maria	28	"	Nago	3 annos	Dem.	
141	"	"	Anna	9	"	Criola	"	Malalta Dem.	
142	Parque Occidental	Mãe de S. Pedro Botumant	C. Maria	19	"	Criola	4 annos	Rincão dos Ilheos	
143	"	Mãe de S. Pedro Botumant	Paulo	50	Lavrador	Mina	16 annos	Rincão dos Ilheos	
144	"	"	Sidreia	20	"	Nago	4 annos	Dem.	
145	"	"	Jon	36	"	Nago	1 anno	Dem.	
146	"	"	Acresia	20	"	Bocha	3 annos	Dem.	
147	"	"	Manoel	25	Lavrador	Criola	"	Estancia velha	
148	"	"	Alvandre	20	"	"	"	Dem.	
149	"	Mãe de S. Pedro Botumant	Maria	16	"	"	"	Dem.	
150	"	Pedro Koch	Vicente	30	Lavrador	Corço	2 annos	Rincão dos Ilheos	
151	"	"	Marcos	21	"	Bengalla	4 annos	Dem.	
152	"	"	Catherina	29	"	Criola	2 annos	Dem.	
153	"	Mãe de S. Pedro Botumant	João	28	Lavrador	Nago	11 annos	Rincão dos Ilheos	
154	"	"	Pedro	30	"	Mina	10 annos	Dem.	
155	"	"	Joanna	26	"	Criola	10 annos	Dem.	
156	"	"	Francisco	8	"	"	Criola	Dem.	
157	"	"	Bernardo	4	"	"	Criola	Dem.	
158	"	Mãe de S. Pedro Botumant	Amara	32	"	Noboa	2 annos	Rincão dos Ilheos	
159	"	"	Luisa	1	"	Criola	"	Dem.	
160	"	Mãe de S. Pedro Botumant	João	25	Lavrador	Arabiça	1 anno	Rincão dos Ilheos	
161	"	Mãe de S. Pedro Botumant	João	32	Lavrador	Mina	24 annos	Rincão dos Ilheos	
162	"	"	João	36	"	Arabiça	24 annos	Dem.	
163	"	"	Belarmino	16	"	S. Lopo	"	Dem.	
164	"	"	Laberio	24	"	Angola	6 annos	Dem.	
165	"	"	Joaquim	22	"	Mina	20 annos	Dem.	
166	"	"	Sebastião	15	"	Criola	Criola	Dem.	
167	Seitonia velha	Mãe de S. Pedro Botumant	João	40	Lavrador	Corço	13 annos	Chacara das Palmas	
168	"	"	Isacra	19	"	Nago	8 annos	Dem.	
169	"	"	Belchut	32	Lavrador	Nago	3 annos	Dem.	
170	"	"	Antonia	28	"	Sombava	6 annos	Dem.	
171	"	"	Clemente	30	"	Criola	"	Dem.	
172	"	"	Jose	17	"	Criola	"	Dem.	





Continuado

N.	Distrito	Dono da fazenda	Nome do fazendeiro	Valor da fazenda	Valor da fazenda	Valor da fazenda	Valor da fazenda	Valor da fazenda	Valor da fazenda
116	Alameda Nova	Manoel de Brito	Manoel de Brito	12	12	12	12	12	12
117	Alameda Nova	Manoel de Brito	Manoel de Brito	8	8	8	8	8	8
118	Campo Occidental	Alfonso Coelho	Alfonso Coelho	18	18	18	18	18	18
Distrito da Colonia de S. Paulo e S. Antonio, d. 1857.									
Dono Daniel Ballester									
119				12	12	12	12	12	12
120				12	12	12	12	12	12
121				12	12	12	12	12	12
122				12	12	12	12	12	12
123				12	12	12	12	12	12
124				12	12	12	12	12	12
125				12	12	12	12	12	12
126				12	12	12	12	12	12
127				12	12	12	12	12	12
128				12	12	12	12	12	12
129				12	12	12	12	12	12
130				12	12	12	12	12	12
131				12	12	12	12	12	12
132				12	12	12	12	12	12
133				12	12	12	12	12	12
134				12	12	12	12	12	12
135				12	12	12	12	12	12
136				12	12	12	12	12	12
137				12	12	12	12	12	12
138				12	12	12	12	12	12
139				12	12	12	12	12	12
140				12	12	12	12	12	12
141				12	12	12	12	12	12
142				12	12	12	12	12	12
143				12	12	12	12	12	12
144				12	12	12	12	12	12
145				12	12	12	12	12	12
146				12	12	12	12	12	12
147				12	12	12	12	12	12
148				12	12	12	12	12	12
149				12	12	12	12	12	12
150				12	12	12	12	12	12

*Colonia de Pampelona*

*Relacion de Casaca existentes, e contabilizadas con la Comisaria de la Realidad S. D. N. R. de Octubre de 1750*

<i>Repartido 1.º de Julio de 1751.</i>		<i>Povo Anacleto.</i>								<i>Povo Guaymas.</i>								<i>Suma</i>	<i>Total</i>		
		<i>Casaca de indios</i>								<i>Povos</i>	<i>Casaca de indios</i>									<i>Povos</i>	
		1	2	3	4	5	6	7	8		1	2	3	4	5	6	7				8
<i>Casaca Oriental de San Luis</i>	<i>Indios de San Pedro de Villa</i>	-	-	2	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2	4		
	<i>Indios de Villa</i>	4	1	10	5	1	1	-	22	1	2	3	1	-	-	-	-	7	29		
	<i>Indios de San Pedro</i>	-	1	3	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4		
	<i>Guaymas</i>	-	-	2	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3		
<i>Casaca Occidental de San Luis</i>	<i>Indios de San Pedro de San Juan</i>	4	-	3	-	-	-	1	11	3	1	2	-	-	-	-	-	6	17		
	<i>Indios de San Juan de San Juan</i>	3	1	2	-	-	-	-	6	-	1	2	-	-	-	-	-	3	9		
	<i>Indios de San Juan de los Rios</i>	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1	3		
	<i>Indios de San Juan de los Rios</i>	4	-	3	1	-	-	-	8	1	-	2	1	-	-	-	-	4	12		
<i>Compania Occidental de San Luis</i>	<i>Compania Occidental</i>	13	5	31	11	3	3	1	66	11	3	7	1	1	-	-	-	23	89		
	<i>Compania de San Juan</i>	2	1	4	3	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	10	20		
<i>Total de las Casacas contabilizadas en Diferencia de las Colonias</i>		30	11	52	17	3	7	1	119	18	9	12	10	1	1	-	-	52	171		
<i>Casacas contabilizadas en San Juan de los Rios, e contabilizadas con la Comisaria de la Realidad</i>		8	9	14	3	4	-	-	38	3	11	13	4	1	-	-	-	32	70		
<i>Total Total de las Casacas contabilizadas en Colonias</i>		38	20	66	20	7	7	1	157	21	20	25	14	2	1	-	-	84	241		

*Jose Joaquin Huitelbrand*

ANEXO C – MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ DO SUL DE 10 DE FEVEREIRO DE 1856

*Resumo  
da população da Colônia de Santa Cruz*

Idade da População de 1856	sexo masculino															sexo feminino															Total							
	anos de idade										Estados					anos de idade										Estados												
	1-5	5-10	10-15	15-20	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	Paraná	Pernambuco	Paraguay	Rio Grande	Santa Catarina	1-5	5-10	10-15	15-20	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	Paraná	Pernambuco	Paraguay	Rio Grande	Santa Catarina								
na fazenda de São Antonio	15	6	4	6	9	2				28	13	1	42	13	29	1	22	10	4	13	11	2	9	5	2	1	1	22	9	11	12	27	2	65	6	123		
de São Antonio, com o povoado	18	7	3	6	10	3	2			27	35	4	46	8	28	2	40	6		10	4	2	7	2	3			14	9	5	38	5	19	1	28	74		
<b>Povoado de Santa Cruz</b>	19	37	65	58	53	49	5	1	1	21	28	4	77	18	23	7	117	30	32	30	39	26	32	17	9	1	30	25	209	111	105	6	135	123	145	624		
<b>Povoado de</b>	1	1	3	2	3	1				7	10	17	7	10		5	12	1	7	5	3	3						7	11	18	7	11		8	12	35		
<b>Povoado de Piquari</b>	64	37	24	28	18	11	2			26	163	3	214	60	140	4	47	157		25	32	30	28	12	8	1	53	111	143	60	40	3	37	112	347			
<b>Povoado de</b>	2		1	2						5	5	2	5			5	2		2			2						1	3		4	2	2		4	9		
<b>Povoado de São Lourenço</b>	11	4	7	8	10	1				2	39	41	4	53		10	31		3	4	2	1	3	3			2	11	16	8	5		8	5	57			
<b>Total Geral</b>	245	112	117	105	85	87	9	1	1	141	555	5	722	215	493	14	321	645	37	173	195	75	109	37	25	2	2	129	166	5	301	260	201	12	255	265	15	1230

35 e 2 annos na população antiga de Santa Cruz - foram logo a obter durante o anno de 1856, 5 2 annos e 1 de mais, tendo-se assim chegado de Parana, e 35 nascimentos.

1856 - 1857 - 1858 - 1859 - 1860 - 1861 - 1862 - 1863 - 1864 - 1865 - 1866 - 1867 - 1868 - 1869 - 1870 - 1871 - 1872 - 1873 - 1874 - 1875 - 1876 - 1877 - 1878 - 1879 - 1880 - 1881 - 1882 - 1883 - 1884 - 1885 - 1886 - 1887 - 1888 - 1889 - 1890 - 1891 - 1892 - 1893 - 1894 - 1895 - 1896 - 1897 - 1898 - 1899 - 1900 - 1901 - 1902 - 1903 - 1904 - 1905 - 1906 - 1907 - 1908 - 1909 - 1910 - 1911 - 1912 - 1913 - 1914 - 1915 - 1916 - 1917 - 1918 - 1919 - 1920 - 1921 - 1922 - 1923 - 1924 - 1925 - 1926 - 1927 - 1928 - 1929 - 1930 - 1931 - 1932 - 1933 - 1934 - 1935 - 1936 - 1937 - 1938 - 1939 - 1940 - 1941 - 1942 - 1943 - 1944 - 1945 - 1946 - 1947 - 1948 - 1949 - 1950 - 1951 - 1952 - 1953 - 1954 - 1955 - 1956 - 1957 - 1958 - 1959 - 1960 - 1961 - 1962 - 1963 - 1964 - 1965 - 1966 - 1967 - 1968 - 1969 - 1970 - 1971 - 1972 - 1973 - 1974 - 1975 - 1976 - 1977 - 1978 - 1979 - 1980 - 1981 - 1982 - 1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100

José Antônio Piffer  
Diretor de Obras Públicas

**ANEXO D – MAPA ESTATÍSTICO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ DE 1 DE SETEMBRO 1858**

N.º 1.

*Mapa estatístico da população da Colônia de Santa Cruz.*

1.º de Setembro de 1858

	sexo masculino										sexo feminino										Total				
	anos de idade										anos de idade														
	1-10	10-20	20-30	30-40	40-50	50-60	60-70	70-80	Brasileiros	Estrangeiros	1-10	10-20	20-30	30-40	40-50	50-60	60-70	70-80	Brasileiras	Estrangeiras					
Da cidade e do lado oriental da colônia	19	9	4	6	9	2			35	13	1	49	11	14	4	9	3	2	1	1	34	11	45	94	
Do lado oriental e na paróquia	25	19	3	7	23	4	2		38	36	9	86	41	16	3	14	6	3			34	16	9	59	142
Paróquia de Santa Cruz	169	30	69	66	36	20	4	1	96	269		445	147	61	36	39	19	11	1		93	34	334	799	
Paróquia de São	10	1	4	3	3	2			10	13		23	11	5	6	3	1				9	11	26	49	
Paróquia de São	116	53	30	50	33	10			63	242	5	312	88	51	33	36	20	9	1		70	112	1	243	555
Paróquia de São	5	2	5	1					13	13	5	2	2	2							2	9	11	24	
Campo da Villa Rica	11	8	5	4	6	2		2	34	36	8	11	5	3	5						2	30	32	68	
Paróquia de Santa Teresita	32	41	33	35	31	14	1	19	218	237	39	32	28	23	19	10	2				26	149	175	412	
Paróquia de São	5	5	11	11	4	5			47	47	9	10	4	3	3	2					31	31	31	78	
<b>Total geral</b>	<b>642</b>	<b>318</b>	<b>190</b>	<b>183</b>	<b>165</b>	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>263</b>	<b>965</b>	<b>15</b>	<b>1243</b>	<b>339</b>	<b>271</b>	<b>143</b>	<b>154</b>	<b>76</b>	<b>37</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>270</b>	<b>696</b>	<b>10</b>	<b>976</b>	<b>2321</b>

Assim como em 1858, a população da Colônia de Santa Cruz em 1858. Chegaram de São Paulo 5 pessoas, de Europa a 17 de Julho de 1858, a 24 de Julho de 1858, foram incluídas por despachos da Presidência, bem como suas famílias. Chegaram com 15 pessoas, nasceram 50 crianças, e tiveram lugar 10 crianças, com 7 de sexo masculino e 3 de sexo feminino, e mudaram-se para a Capital bem casados de Companhia de São Carlos.

José Martinho Boff  
De 1.º de Setembro de 1858



No. de Cruz	Nomes	Linha	Estado	Parcial -dado	Cor	Papeis	Linha de Indentação	
							de 1800 -1809	de 1810 -1819
8	34. Inimigos	57	Bom					
	35. Balthazar José d. Oliveira	51	Silva	Bonitas	Branco	Levante		
	36. Balthazar José d. Oliveira	13	"	"	"	"	1	
	37. Inimigos	12	"	"	"	"	1	
	38. Balthazar	15	"	"	"	"		
	39. Cláudio	13	"	"	"	"		1
	40. Inimigos	12	"	"	"	"		1
9	41. Manuel João de Lima	50	Casado					
	42. João de Lima	45	"					
	43. Manuel de Lima	10	Silva				1	
10	44. Manuel Campos de Lima	44	Casado					
	45. Maria de Lima	28	"					
	46. Inimigos	7	Silva				1	
	47. Manuel	5	"				1	
	48. Inimigos	3	"					
	49. Maria	2	"					
11	50. Juliana de Souza Rocha	30	Casado					
	51. Inimigos Rocha	50	"					
	52. Inimigos	2	Silva					1
12	53. Jacarim Loureiro	31	Casado	Staloni				
	54. Inimigos Loureiro	18	"	Bonitas				
	55. Inimigos	2	Silva					
	56. Inimigos	1	"					
13	57. Lourenço Figueiredo	36	Casado	Staloni				
	58. Inimigos Figueiredo	42	"					
	59. Inimigos Figueiredo	3	Silva	Bonitas				
	60. Inimigos	1	"					
14	61. João Maria	36	Casado			Levante		
	62. Inimigos	32	"	Bonitas		Levante		
	63. Inimigos	7	Silva					
15	64. Juliana de Souza Rocha	33	Casado	Bonitas	Branco			
	65. Inimigos Rocha	50	"					1
	66. Inimigos	2	Silva			Pete		

No. de Cruz	Nomes	Linha	Estado	Cor	Papeis	Parcial -dado	Linha de Indentação	
							de 1800 -1809	de 1810 -1819
15	67. Justina Loureiro	3	Silva	Bonitas				
	68. Jacarim Loureiro	40	Casado	Branco	Levante	Staloni		
16	69. Inimigos Loureiro	10	Silva					
	70. Inimigos	10	"					1
	71. Inimigos	5	"					
	72. Inimigos	2	"					
	73. Inimigos	2	"					1
	74. Inimigos	2	"					
	75. Inimigos	2	"					
17	76. Juliana de Souza Rocha	40	Casado			Bonitas		
	77. Inimigos de Souza Rocha	35	"					
	78. Inimigos	11	Silva					
	79. Inimigos	12	"					1
	80. Inimigos	10	"					1
	81. Inimigos	7	"					1
	82. Inimigos	6	"					1
	83. Inimigos	2	"					
	84. Inimigos	2	"					
	85. Inimigos	2	"					1
18	86. Inimigos	30	Bom					
	87. Inimigos	7	Silva					1
19	88. Inimigos	30	Casado					
	89. Inimigos	26	"					
	90. Inimigos	10	Silva					
	91. Inimigos	10	"					1
	92. Inimigos	7	"					
	93. Inimigos	4	"					
	94. Inimigos	4	"					
20	95. Inimigos	40	Casado					
	96. Inimigos	29	"					
	97. Inimigos	10	Silva					
	98. Inimigos	10	"					
	99. Inimigos	10	"					1
	100. Inimigos	2	"					1
	101. Inimigos	2	"					1
	102. Inimigos	2	"					1
	103. Inimigos	2	"					1
	104. Inimigos	2	"					1
105. Inimigos	2	"					1	
106. Inimigos	2	"					1	
107. Inimigos	2	"					1	
108. Inimigos	2	"					1	
109. Inimigos	2	"					1	
110. Inimigos	2	"					1	

N.º de Engras	N.º de Embarcacion	Nomes	Idade	Estado	Cor	Armadilha	Refugio	Pesos d' Antenas	
								de Brass.	de Ferro
31	107	Francisco	60	Caado	Branco	Brazilia	Lacorda	18	20
	108	Albano Pires de Souza	60	Caado	Branco	"	"	"	"
	109	Jaime de Alencar Souza	58	Soltim	"	"	"	"	"
	110	Paulo	12	"	"	"	"	"	"
	111	Simoes	18	"	"	"	"	"	"
	112	Conchada	5	"	"	"	"	"	"
	113	Joze	7	"	"	"	"	"	"
32	114	Manoel Guis de Saldes	50	Caado	"	"	"	"	"
	115	Manoel	36	"	"	"	"	"	"
	116	Manoel Antonio	12	Soltim	"	"	"	"	"
	117	Antonio	5	"	"	"	"	"	"
	118	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
33	119	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	120	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	121	Severino Tomas de Silva	40	Caado	"	"	"	"	"
	122	Manoel Gomes de Silva Filho	39	"	"	"	"	"	"
	123	Severino Tomas de Silva	36	Soltim	"	"	"	"	"
	124	Antonio	17	"	"	"	"	"	"
	125	Simoes	14	"	"	"	"	"	"
	126	Joze	11	"	"	"	"	"	"
	127	Joze	11	"	"	"	"	"	"
	128	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
34	129	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	130	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	131	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	132	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	133	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	134	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	135	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
35	136	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	137	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	138	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	139	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	140	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	141	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"
	142	Manoel Antonio	10	"	"	"	"	"	"

N.º de Engras	N.º de Embarcacion	Nomes	Idade	Estado	Cor	Armadilha	Refugio	Pesos d' Antenas	
								de Brass.	de Ferro
36	143	Manoel Antonio	44	Caado	Branco	Brazilia	Lacorda	27	35
	144	Manoel Antonio	40	"	"	"	"	"	"
	145	Manoel Antonio	18	Soltim	"	"	"	"	"
	146	Manoel Antonio	4	"	"	"	"	"	"
	147	Manoel Antonio	2	"	"	"	"	"	"
	148	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
37	149	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	150	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	151	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	152	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	153	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
38	154	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	155	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	156	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
39	157	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	158	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	159	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
40	160	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	161	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	162	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	163	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	164	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
41	165	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	166	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	167	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	168	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
42	169	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
	170	Manoel Antonio	3	"	"	"	"	"	"
			Recapitulado						
			153	171					
			16	171					
			70	171					
			31	171					
								30	36